



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 73/2022

Relatório

O Projeto de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivo rastreador nos veículos oficiais (GPS), de propriedade do Município ou a seu serviço.

Nesse sentido, compete a esta Comissão nos termos do art. 53 do Regimento Interno, manifestar-se quanto ao aspecto legal e jurídico da proposição.

Fundamentação

Não há qualquer restrição à iniciativa parlamentar para o projeto em questão, conforme leciona o prof. Hely Lopes Meirelles:

Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do município; o regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos suplementares e especiais. **Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental.** Hely Lopes Meirelles. Direito Municipal Brasileiro. (15.ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 607)

Quanto à constitucionalidade formal objetiva, encontra-se o devido respaldo do tipo legislativo escolhido, uma vez que inexiste reserva de lei complementar. Entretanto, não há estimativa de impacto orçamentário-financeiro, exigência presente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, *in verbis*:

Art. 113. **A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.**

Deste modo, é necessária a devida instrução do projeto com tal instrumento.

Av. Presidente Vargas, 1935, Senador Valadares | Pará de Minas | MG | CEP: 35.661-000
(37) 3237.6000 • (37) 3237.6087 | parademinas.mg.leg.br



Sobre a constitucionalidade material, não se cogita qualquer ofensa.

Por todo o exposto, esta comissão considera existir óbice jurídico sanável à tramitação do projeto.

Conclusão

Nos termos do Art. 53 do Regimento Interno, esta Comissão de Legislação e Justiça conclui pela **devolução ao autor** do projeto em tela para que, querendo, apresente estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

Pará de Minas, 30 de agosto de 2022.


Vereador Dilhermando Rodrigues Filho (Presidente)


Vereador Luiz Lima (Vice-presidente)


Vereador Márcio Lara (Relator)